



Universidade e Extensão em Perspectiva Histórica no Brasil: Desafios e Possibilidades Formativas

*University and Extension in Historical Perspective in Brazil: Challenges and Training
Possibilities*

Adriano Rosa da Silva¹

Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ, Brasil

Resumo: O presente estudo aborda a extensão universitária como dimensão constitutiva do ensino superior, destacando sua função social e sua relevância para o fortalecimento da relação entre universidade e sociedade. O tema central consiste em compreender a extensão não apenas como mecanismo de difusão de conhecimentos, mas como prática dialógica e transformadora, capaz de articular saberes acadêmicos e populares. O objetivo principal é analisar criticamente as contribuições da extensão universitária para a formação discente e para o desenvolvimento comunitário, considerando seus fundamentos históricos, epistemológicos e pedagógicos. A metodologia utilizada é de caráter teórico e qualitativo, fundamentada em revisão bibliográfica de autores da literatura especializada, além de documentos institucionais como as diretrizes do Forproex. Os resultados evidenciam que a extensão universitária, ao romper os limites da sala de aula e aproximar a universidade das demandas sociais, promove a formação integral do estudante, fomenta a cidadania ativa e contribui para a transformação social das comunidades. Ademais, constata-se que sua consolidação depende do processo de curricularização, do fortalecimento de políticas públicas voltadas para a educação e da valorização institucional, de modo a efetivar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Palavras-chave: Extensão. Universidade. Educação Superior. Sociedade. Desenvolvimento.

Abstract: This study addresses university extension as a constitutive dimension of higher education, highlighting its social function and its relevance for strengthening the relationship between universities and society. The central theme is to understand extension not only as a mechanism for disseminating knowledge, but also as a dialogical and transformative practice capable of articulating academic and popular knowledge. The main objective is to critically analyze the contributions of university

¹ Licenciado em Pedagogia e em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Doutorando e Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestrando em Educação pela Universidade de Lisboa (ULisboa). MBA em Gestão Escolar pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: adriano.uff@hotmail.com. URL Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7228184007145445>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-2584-0713>.

extension to student education and community development, considering its historical, epistemological, and pedagogical foundations. The methodology used is theoretical and qualitative, based on a bibliographic review of authors from specialized literature, as well as institutional documents such as the Forproex guidelines. The results demonstrate that university extension, by breaking the confines of the classroom and bringing the university closer to social demands, promotes the comprehensive development of students, fosters active citizenship, and contributes to the social transformation of communities. Furthermore, its consolidation depends on the process of curricularization, the strengthening of public policies focused on education, and institutional appreciation, in order to effectively ensure the inseparability of teaching, research, and outreach.

Keywords: Outreach. University. Higher Education. Society. Development.

Introdução

Este artigo visa analisar a trajetória da extensão universitária no Brasil, explorando seu desenvolvimento ao longo da história e as implicações dessa prática no contexto contemporâneo, “mesmo considerando que cada universidade, cada prática curricular, tem sua própria dinâmica e finalidade em cada momento histórico” (Jezine, 2004, p. 1). A extensão universitária é considerada um dos pilares do ensino superior, sendo fundamental para a articulação entre universidade e sociedade, com o propósito de promover desenvolvimento humano e social. Nessa senda, a proposta deste estudo é refletir sobre os desafios atuais da extensão universitária e sua consolidação enquanto campo epistemológico². Nesta via, a extensão universitária configura-se como dimensão indissociável da missão acadêmica, ao lado do ensino e da pesquisa, constituindo-se em instrumento essencial de mediação entre a produção científica e a realidade social (Rocha *apud* Serrano, 2007).

Em tempos de travessia, caracterizados por transformações tecnológicas aceleradas, instabilidades políticas e desafios socioeconômicos, a extensão assume relevância ainda maior, pois impele a universidade a sair de seus muros e a comprometer-se com a realidade concreta das comunidades³. Assim, a extensão

² O termo “extensão” possui variadas compreensões. Etimologicamente, significa o “ato de estender algo a alguém”. A extensão teve sua origem nos primórdios da prática universitária, mas foi a partir do início do século XX que ela se afirmou decisivamente como um dos pilares do tripé da universidade (Rocha *apud* Serrano, 2007).

³ A área da extensão vai ter no futuro próximo um significado muito especial. No momento em que o capitalismo global pretende funcionalizar a Universidade e, de fato, transformá-la numa vasta agência

universitária se reafirma como prática acadêmica fundamental, promotora da democratização do conhecimento e do fortalecimento da educação como direito e como bem público.

A confirmação da extensão como função acadêmica da universidade não passa apenas pelo estabelecimento da interação ensino e pesquisa, mas implica a sua inserção na formação do aluno, do professor e da sociedade, na composição de um projeto político-pedagógico de universidade e sociedade em que a crítica e autonomia sejam os pilares da formação e da produção do conhecimento. (Jezine, 2004, p. 3).

À vista disso, este estudo analisa criticamente as contribuições da extensão universitária, destacando sua relevância na formação discente, na democratização do conhecimento e no fortalecimento da cidadania, tal como analisa Jezine (2004). Urge salientar que a extensão universitária no Brasil tem suas origens no início do século XX, com a tentativa de democratizar o acesso ao conhecimento e, desde então, passou por diversas transformações, refletindo as mudanças políticas e sociais do país. Seu papel social, que abrange a troca de saberes entre a academia e as comunidades, é crucial para a formação de um profissional crítico, comprometido com as questões sociais.

Segundo Freire (2013), a educação deveria ser dialógica e participativa, rompendo com a visão tradicional de extensão como uma mera transferência de conhecimento de “cima” para “baixo”. Com base em Melo Neto (2002), esse processo formativo envolve a construção de uma relação dinâmica entre teoria e prática, com a universidade cumprindo sua função de transformação social e contribuição para o desenvolvimento comunitário.

Em linhas gerais, interessa observar que, ao longo do tempo, a extensão tem sido moldada por diferentes paradigmas, desde sua vinculação à difusão de tecnologias e desenvolvimento econômico até sua configuração mais recente, em que o foco é a integração de saberes acadêmicos e populares, conforme Imperatore *et. al.* (2015). A democratização do conhecimento e a promoção da cidadania se tornaram

de extensão ao seu serviço, a reforma da Universidade deve conferir uma nova centralidade às atividades de extensão (com implicações no currículo e nas carreiras dos docentes) e concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo às Universidades uma participação ativa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental e na defesa da diversidade cultural (Santos, 2004, p.120).

seus principais objetivos. Nesse horizonte, a extensão não apenas amplia a formação crítica e cidadã dos estudantes, mas também contribui para a construção de práticas educativas capazes de enfrentar desigualdades históricas e propor alternativas coletivas.

Contudo, segundo discussões teóricas de Serrano (2007), a institucionalização da extensão no Brasil não se deu de maneira linear, sendo necessária uma reflexão crítica sobre os desafios enfrentados ao longo de sua trajetória. Diante disso, o debate sobre essa prática assume um caráter urgente e relevante, pois se insere em um contexto social e educacional em constante transformação. É preciso reconhecer, portanto, que a extensão universitária permanece em processo de construção e adaptação, refletindo diretamente os contextos sociais, econômicos, culturais e políticos do país.

O conceito de extensão universitária ao longo da história das universidades brasileiras, principalmente das públicas, passou por várias matrizes e diretrizes conceituais. Da extensão cursos, à extensão serviço, à extensão assistencial, à extensão “redentora da função social da Universidade”, à extensão como mão dupla entre universidade e sociedade, à extensão cidadã, podemos identificar uma ressignificação da extensão nas relações internas com os outros fazeres acadêmicos, e na sua relação com a comunidade em que está inserida. (Serrano, 2007, p. 1).

É imperioso considerar, com isso, que a extensão universitária tem se consolidado, nas últimas décadas, como um dos pilares fundamentais do ensino superior brasileiro, à luz de Nogueira (2005). Assim, prescrutando conceitos e teorias que consolidam a perspectiva da extensão universitária como espaço de diálogo, formação e impacto social, a metodologia adotada neste estudo é a pesquisa qualitativa e descritiva, fundamentada em uma análise conceitual e bibliográfica tendo como parâmetro as principais contribuições teóricas sobre o tema. Nesta via, buscou-se autores que têm sido fundamentais para ampliar o entendimento sobre as práticas extensionistas e seu impacto na educação e na sociedade, enfatizando o percurso histórico e as transformações epistemológicas dessa prática. A partir dessa análise, busca-se ampliar as perspectivas sobre a extensão universitária, destacando suas implicações e possibilidades de maior envolvimento social.

Em face do exposto, a partir da análise de diversos marcos históricos, desde sua institucionalização formal até os desafios enfrentados no cenário contemporâneo, pretende-se discutir a importância dessa prática na construção de uma educação mais inclusiva, acessível e, principalmente, capaz de transformar a realidade das comunidades com as quais as universidades se relacionam, tal como apontam Benincá e Campos (2017). Ao mesmo tempo, busca-se evidenciar como a extensão universitária tem sido moldada pelas demandas sociais e pelas novas concepções pedagógicas que vêm ganhando terreno nas últimas décadas e que impele a formulação de políticas para a extensão universitária.

O estudo se justifica, desse modo, por sua relevância acadêmica e social, porque contribui para o aperfeiçoamento do conhecimento científico sobre o tema, observando-se o atual estado da arte das pesquisas já publicadas. Nesse esquadro, consoante com Melo Neto (2002), constata-se que a extensão transcende a função de mero repasse de saberes, constituindo-se em espaço dialógico de construção coletiva do conhecimento, capaz de mobilizar professores, estudantes e comunidade em práticas transformadoras.

Desenvolvimento

No sentido de contextualizar brevemente o objeto de estudo, parte-se do entendimento de que a extensão universitária⁴ é fundamentada nos princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, bem como em referenciais teóricos da educação emancipatória e do pensamento freiriano (Melo Neto, 2002). Nesse sentido, Jezine (2004, p. 3) assevera que “a interação ensino-pesquisa-extensão é o pilar que alicerça a formação humana/profissional, bem como a interação universidade e sociedade, no cumprimento da função social da universidade”. Sob tal perspectiva, esse processo formativo visa à construção de sujeitos críticos, capazes de compreender a realidade na qual estão inseridos e, sobretudo, de atuar de forma transformadora nela.

⁴ A extensão aqui é entendida em termos de difusão da cultura e de integração da universidade com o “povo” (Melo Neto, 2002, p.10).

Para a autora em tela, os princípios da integração ensino-pesquisa, “teoria e prática que embasam a concepção de extensão como função acadêmica da universidade, revelam um novo pensar e fazer, que se consubstancia em uma postura de organização e intervenção na realidade” (Jezine, 2004, p. 3). Assim, o presente estudo busca discutir a relevância da extensão universitária no fortalecimento da relação universidade-comunidade, de acordo com Freire (2013), analisando seus impactos na formação crítica dos estudantes e nos processos de desenvolvimento social, cultural e político.

Nesse horizonte analítico, a extensão universitária, como parte fundamental do tripé acadêmico que compõe a missão das universidades brasileiras, tem sido objeto de intensas reflexões, sobretudo no que tange à sua efetiva consolidação enquanto um campo epistemológico autônomo e essencial para a sociedade⁵. Consoante com Sousa (2000), a extensão, mesmo diante de enormes resistências, face ao caráter elitista da educação brasileira, não deixou de se preocupar em manter vínculos com a sociedade. Sua prática, enquanto um processo que visa a aproximação entre a academia e as comunidades externas, transcende as funções de simples difusão de conhecimento, promovendo uma verdadeira troca dialógica entre saberes acadêmicos e saberes populares. À vista disso, Thiollent (2000, p. 20) afirma que, “devido a sua maior abertura e sensibilidade às demandas sociais e locais, a extensão facilita as iniciativas conjuntas universidade/ atores externos”.

Os homens em seu processo, como sujeitos do conhecimento e não como recebedores de um “conhecimento” de que outro ou outros lhes fazem doação ou lhes prescrevem, vão ganhando a “razão” da realidade. Esta, por sua vez, e por isso mesmo, se lhes vai revelando como um mundo de desafio e possibilidades; de determinismos e de liberdade, de negação e de afirmação de sua humanidade, de permanência e de transformação; de valor e de desvalor; de espera, na esperança da busca, e de espera sem esperança na inação fatalista. (Freire, 2013, p. 11).

⁵ Apesar de ter suas bases históricas na década de 1960, com Paulo Freire, a extensão popular é uma proposta inovadora e com grande poder de mobilização político-pedagógica e social. Concretamente, ela pode colaborar a fim de que os sujeitos oprimidos e excluídos adquiram uma consciência mais crítica, se mobilizem em face de seus direitos e se empenhem na construção de uma sociedade mais justa e equânime (Benincá; Campos, 2017, p. 154).

Com efeito, a universidade, ao longo da história, tem se configurado como lócus privilegiado de produção e disseminação do conhecimento. Entretanto, sua função social não se esgota nos limites da sala de aula ou nos muros institucionais. Segundo Santos (2004), a extensão universitária emerge, nesse cenário, como elemento estratégico na articulação entre saber acadêmico e demandas sociais, constituindo-se em vetor de desenvolvimento humano, cultural e científico. A gênese dessa prática remonta à Inglaterra do século XIX, contexto em que a extensão se afirmava como mecanismo de educação continuada e instrumento de reorganização social. Nessa senda, Schellin (2013) pontua que, nos Estados Unidos, a extensão se constituiu prioritariamente “sob a forma de prestação de serviços, cursos profissionalizantes, educação à distância, dentre outros modelos e metodologias. Todavia a grande marca americana deixada na extensão foi o preceito do extensionismo rural” (Schellin, 2013, p.42).

No Brasil, sua consolidação se deu de maneira gradual, acompanhando os movimentos históricos e políticos que tensionaram o papel da universidade no enfrentamento das desigualdades. Na contemporaneidade, essa dimensão acadêmica assume relevo enquanto instância que busca promover a democratização do saber acadêmico, como aponta Serrano (2007). À luz de Jezine (2001), a história da extensão universitária no Brasil remonta ao início do século XX, sendo influenciada pelos modelos europeus que visavam à democratização do conhecimento e ao desenvolvimento de comunidades marginalizadas⁶. Inicialmente, no Brasil, a extensão se dava por meio da disseminação de conhecimentos científicos voltados para as classes trabalhadoras, com especial ênfase no campo rural, como um dos principais focos da atuação universitária, conforme Nogueira (2005, p. 16-17).

De acordo com Silva (2011), apesar de terem havido iniciativas entre 1911 e 1917 na Universidade Livre de São Paulo por meio de conferências e cursos abertos, a primeira institucionalização formal da extensão ocorreu em 1931, por meio do Decreto nº 19.851, que estabeleceu as bases do sistema universitário brasileiro, conferindo à extensão o caráter de uma função essencial para as universidades, como

⁶ Cabe ressaltar que a origem da extensão universitária como prestação de serviços dá-se nos Estados Unidos da América, sob a concepção da ideia de universidade, a partir da Universidade John Hopkins, que enfatizou a pós-graduação, a formação profissional e a Pesquisa, e do movimento de doação de terras para fins educacionais, feito pelo governo de Abrahão Lincoln (Lei Morrill, 1862), que deu início ao desenvolvimento e à expansão das Universidades americanas (Jezine, 2001, p. 131).

bem reforça Nogueira (2005). A partir dessa data, a relação universidade-sociedade começou a ser mais bem estruturada, mas a efetivação dessa função social da universidade enfrentou diversos obstáculos ao longo das décadas.

Com o passar dos anos, conforme Imperatore *et. al.* (2015), a extensão universitária passou a ser reconhecida como uma ação essencial não apenas para o desenvolvimento acadêmico, mas também para o desenvolvimento social⁷. Segundo Sousa (2000), nos anos 1960, durante a ditadura militar, essa prática sofreu um controle mais rígido, com a extensão sendo utilizada de maneira alinhada aos interesses do regime.

Contudo, com base nas investigações teóricas de Jezine (2001), a partir da década de 1980, com a redemocratização do país, houve um novo impulso para a consolidação da extensão universitária, principalmente com a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão (Forproex) em 1987, que teve um papel decisivo na formalização das diretrizes e da avaliação das atividades extensionistas nas universidades públicas brasileiras (Forproex, 2007). Assim, alicerçado no princípio da extensão como um processo educativo, “os projetos de extensão baseados na concepção acadêmica objetivam relacionar os diversos saberes, em uma íntima relação da produção do conhecimento com a realidade social” (Jezine, 2004, p. 2).

Por certo, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, consolidada pela Constituição Federal de 1988, estabelece a extensão como eixo essencial da vida acadêmica⁸. Mais do que uma atividade complementar, a extensão se apresenta como espaço privilegiado de integração de saberes, em que o conhecimento científico dialoga com as experiências comunitárias, gerando processos interativos de aprendizagem (Santos, 2010 *apud* Silva, 2011, p. 1). Nesse sentido, de acordo com diretrizes do Forproex (2001), o contato direto com a sociedade confere aos estudantes a possibilidade de materializar as teorias apreendidas em sala de aula,

⁷ Esta dimensão acadêmica teve forte expressão no contexto da Revolução Industrial europeia e no desenvolvimento econômico dos Estados Unidos. A princípio, foram delineados dois modelos de extensão: o inglês, mais social e que se opunha às contradições capitalistas; e o norte-americano, de cunho mais econômico e que buscava transferir tecnologia para a produção industrial (Imperatore *et. al.*, 2015).

⁸ Há de se afirmar que ensino-pesquisa-extensão se apresentam hoje, no âmbito das universidades brasileiras, como uma de suas maiores virtudes e expressão de compromisso social, uma vez que o exercício de tais funções é requerido como dado de excelência na Educação Superior, fundamentalmente voltada para a formação acadêmica e profissional de docentes e discentes, à luz da apropriação e produção do conhecimento científico (Santos, 2010 *apud* Silva, 2011, p. 1).

transformando-as em práticas concretas e contextualizadas. Além disso, conforme o referido documento, a extensão universitária possui caráter interdisciplinar, permitindo que diferentes áreas do saber se integrem, favorecendo a possibilidade de uma formação mais ampla e alinhada às necessidades reais da população. Nesse ângulo, a prática extensionista permite ao discente ampliar sua compreensão crítica, ressignificando sua formação e tornando-o protagonista na construção de soluções para os problemas sociais.

A partir da década de 1990, houve uma ressignificação do conceito de extensão, promovendo sua consolidação como campo de produção de conhecimento, dotado de metodologia própria e com base em princípios como a interação dialógica, a interdisciplinaridade e a transformação social (Forproex, 2001, p. 18).

Esse período de reconfiguração da extensão universitária foi marcado pelo fortalecimento das políticas públicas que visavam integrar ainda mais a prática extensionista aos currículos dos cursos de graduação. A interdisciplinaridade, a participação ativa das comunidades e a formação crítica dos estudantes passaram a ser princípios norteadores das práticas extensionistas (Forproex, 2001).

A extensão se tornou, então, uma ferramenta não apenas de disseminação de conhecimento, mas de participação social, permitindo que a universidade não se limitasse ao espaço acadêmico, mas se estendesse à realidade vivida pelas comunidades ao seu redor. E, “na medida em que socializa e disponibiliza seu conhecimento, tem a oportunidade de exercer e efetivar o compromisso com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos” (Rocha, 2007 *apud* Silva, 2011, p. 2).

Para Saraiva (2007), a extensão permite ao estudante vivenciar experiências práticas que favorecem uma reflexão crítica sobre as questões contemporâneas. Essa vivência fortalece uma formação mais sensível às realidades locais, regionais e nacionais, possibilitando um olhar mais atento às necessidades concretas da sociedade, tal como análise de Freire (2013).

É interessante observar que a universidade, enquanto instituição social, é chamada a responder às necessidades de seu tempo, conforme Jezine (2004). A extensão se torna assim, segundo a autora retromencionada, canal privilegiado de efetivação de seu compromisso ético-político com a sociedade. Por meio dela, o ensino rompe os limites dos muros acadêmicos e se abre à realidade social,

possibilitando a construção de um conhecimento interdisciplinar, multidimensional e transformador. Sobre isso, Calipo (2009, p. 4) diz que os “projetos de extensão universitária crítica facilitam uma aprendizagem de saberes recíprocos e devem agregar integrantes da universidade e da comunidade popular, sob uma linha horizontal do conhecimento”.

O grande desafio contemporâneo da extensão consiste em articular ensino e pesquisa às demandas sociais emergentes, não se restringindo ao caráter assistencialista, mas promovendo práticas emancipatórias e dialógicas. Para tanto, com base nos estudos de Andrade (2016), faz-se necessário que as universidades assumam de forma mais incisiva a curricularização da extensão⁹, integrando-a aos projetos pedagógicos de seus cursos, a fim de assegurar a formação integral dos estudantes.

A extensão universitária é parte orgânica do currículo na formação de educadores e profissionais, pois a partir de sua dinâmica social se dá a produção das relações interdisciplinares entre as práticas de ensino e pesquisa, caracterizando-se como o elo de integração do pensar e fazer, da relação teoria-prática na produção do conhecimento. (Jezine, 2004, p. 1).

O impacto da extensão universitária ultrapassa a esfera acadêmica, alcançando dimensões sociais significativas. A relação da universidade com a comunidade se fortalece pela extensão universitária, “ao proporcionar diálogo entre as partes e a possibilidade de desenvolver ações socioeducativas que priorizam a superação das condições de desigualdade e exclusão ainda existentes” (Rocha, 2007 *apud* Silva, 2011, p. 2). Nesse sentido, a extensão se configura como uma atividade que busca não apenas complementar a formação universitária, mas também promover uma articulação efetiva com o contexto social à sua volta.

Ao interagir com comunidades, a universidade não apenas transfere conhecimentos, mas constrói, junto aos sujeitos sociais, novos modos de compreender e transformar a realidade. Esse processo fomenta a cidadania ativa,

⁹ A curricularização da extensão pode ser entendida como um espaço de construção coletiva e partilha solidária de saberes e fazeres constitutivos dos sujeitos e favorecendo a inserção social e cidadã. Temos neste contexto, o diálogo como princípio fundante de uma relação respeitosa e crítica, entre educando, educador e sociedade que se desafiam em um processo de constante integração entre os saberes científicos e da experiência (Andrade, 2016, p. 67).

fortalece a participação popular e contribui para a melhoria das condições de vida, à luz de Teixeira (2009). Nesse horizonte, para o autor, a extensão universitária se configura como espaço de exercício da democracia, na medida em que promove a inserção social da universidade e favorece a produção de saberes dialógicos e emancipatórios.

Ao mesmo tempo, Serrano (2007) afirma que a extensão universitária, ao se consolidar como um processo educativo dialógico, tem sido fundamentada nos princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Para a autora supracitada, essa indissociabilidade reflete-se na construção de um profissional que não apenas acumula conhecimentos acadêmicos, mas que se engaja com a sociedade, compreendendo suas demandas e realidades. Nesse sentido, vale sublinhar os estudos de Monte (2005) ao destacar que a extensão se torna uma prática crucial para a formação de cidadãos críticos e comprometidos com o desenvolvimento social.

Nessa medida, Monte (2007) assevera que a extensão universitária se consolidou como um dos eixos essenciais do ensino superior no Brasil, representando um espaço de aprendizado mútuo e de troca constante entre a academia e a sociedade, “em que a comunidade deixa de ser passiva no recebimento das informações/conhecimentos transmitidos pela universidade e passa a ser, participativa, crítica e construtora dos possíveis modos de organização e cidadania” (Jezine, 2004, p. 3).

Contudo, não se pode ignorar os diversos desafios que ainda permeiam a efetivação da extensão universitária, apesar de sua importância, como um mecanismo de transformação social. Historicamente, ela foi tratada como uma atividade complementar, recebendo menos recursos e atenção em comparação ao ensino e à pesquisa, conforme Monte (2005). A principal dificuldade reside no reconhecimento, tanto institucional quanto social, da extensão como parte integral da missão acadêmica das universidades, “a experiência democrática só será feita, portanto, quando, além do sistema de educação, se tiverem organizado o sistema de pesquisas e o sistema de difusão dos conhecimentos” (Teixeira, 2009, p. 65).

Embora o Brasil tenha avançado consideravelmente nesse campo, ainda existem resistências internas nas próprias universidades, que muitas vezes priorizam o ensino e a pesquisa em detrimento das ações extensionistas. Logo, como afirma

Martins (2008), sua efetivação depende do compromisso das universidades com as demandas sociais e com a criação de políticas públicas que assegurem a ampliação de suas ações em um contexto de constante mudança.

Ao ensino, é proposto o conceito de sala de aula que vai além do tradicional espaço físico, compreendendo todos os demais, dentro e fora da universidade, em que se realiza o processo histórico social com suas múltiplas determinações, passando a expressar um conteúdo multi, inter e transdisciplinar, como exigência decorrente da própria prática. (Martins, 2008, p. 203).

À guisa de conclusão, ao proporcionar aos estudantes a vivência prática dos saberes teóricos, a extensão promove uma formação crítica e reflexiva, ao mesmo tempo em que possibilita à comunidade o acesso a conhecimentos e práticas que se encontravam restritas ao interior das universidades, o que denota uma prática mais democrática, autônoma e comprometida com a difusão do conhecimento à sociedade (Teixeira, 2009). Assim, Silva (2011) defende que a extensão deve ser compreendida como instrumento de transformação social, cujo fortalecimento demanda políticas públicas consistentes e compromisso institucional das universidades.

Portanto, reafirma-se a necessidade de consolidar a extensão universitária como dimensão curricular, científica e social, conforme Freire (2013), capaz de articular ensino e pesquisa às demandas concretas da sociedade, promovendo a democratização do conhecimento e a construção de uma universidade efetivamente comprometida com a justiça social e a cidadania plena.

Considerações finais

Com base nos autores trabalhados, ficou patente que a extensão universitária se constitui em uma das principais ferramentas para aproximar a universidade da sociedade e promover transformações sociais concretas (Serrano, 2007). Essa integração contribui para que a universidade exerça plenamente sua função social, sendo protagonista no desenvolvimento de soluções para os problemas que afetam a comunidade, tal como Calipo (2009) traz à superfície. Nessa direção, os resultados apontam que a efetivação da extensão contribui não apenas para a ampliação da qualidade formativa dos estudantes, mas também para o desenvolvimento humano e

social, promovendo mudanças concretas na vida dos sujeitos envolvidos. Nessa linha de interpretação, Thiollent (2000) argumenta que a construção de uma universidade verdadeiramente comprometida com a transformação social requer o fortalecimento contínuo da extensão como prática educativa e cidadã, capaz de gerar conhecimento, dignidade e desenvolvimento para todos.

Assim, a análise empreendida permite inferir que a extensão universitária, ao constituir-se como elo entre universidade e sociedade, transcende a função pedagógica tradicional, assumindo papel estruturante na formação cidadã e no desenvolvimento social¹⁰. Nessa perspectiva, a extensão universitária emerge como resposta concreta às demandas sociais contemporâneas e como eixo estruturante de uma educação capaz de acompanhar as travessias de nosso tempo, promovendo o diálogo de saberes, a justiça social e o desenvolvimento humano integral.

A extensão universitária é justamente o canal mais direto de conexão entre a academia e a sociedade. Ela se caracteriza como um processo educativo, cultural, científico e político, de natureza interdisciplinar, que busca promover uma relação transformadora e de troca entre a universidade e os diversos setores da sociedade (Forproex, 2001, p. 1).

Sob tal perspectiva, constata-se que o êxito da extensão não reside apenas na difusão de conhecimentos, mas na capacidade de instaurar processos dialógicos que valorizem a articulação entre o conhecimento científico e o popular, construindo coletivamente alternativas de enfrentamento às desigualdades sociais que marcam a realidade brasileira e latino-americana e que tensionam a universidade a repensar seu compromisso histórico, político e pedagógico, conforme análise de Sousa (2000).

A curricularização da extensão, as diretrizes do Forproex e os referenciais freirianos apontam para a necessidade de superar práticas assistencialistas e verticalizadas, possibilitando à universidade, em contrapartida, reinventar-se continuamente como espaço público de produção de conhecimento, ressignificando o papel social da universidade diante das demandas emergentes da contemporaneidade (Jezine, 2004). Nesse prisma, os desafios permanecem

¹⁰ Diante dessa nova visão de extensão universitária, esta passa a se constituir parte integrante da dinâmica pedagógica curricular do processo de formação e produção do conhecimento, envolvendo professores e alunos de forma dialógica, promovendo a alteração da estrutura rígida dos cursos para uma flexibilidade curricular que possibilite a formação crítica (Jezine, 2004, p. 2).

pungentes. Sobre isso, Santos (2004) enfatiza que a carência de políticas públicas consistentes, as tensões orçamentárias e a tendência de mercantilização da educação superior representam entraves à consolidação plena da extensão como instrumento de democratização do saber.

A abordagem teórica que defende a extensão como função acadêmica da universidade, objetiva integrar ensino-pesquisa, partem da crítica à extensão voltada para prestação de serviços em uma perspectiva assistencialista. (Jezine, 2004, p. 1).

Nesse ângulo, para que a extensão atinja todo seu potencial, é necessário que as instituições de ensino superior lhe concedam o devido reconhecimento, apoio financeiro e institucional. Somente por meio de uma atuação conjunta, que integre ensino, pesquisa e extensão como princípio estruturante da universidade pública, será possível formar profissionais capazes de compreender sua realidade e atuar de maneira crítica, ética e socialmente responsável, como bem reforça Melo Neto (2002).

O desenvolvimento contínuo da extensão universitária depende do compromisso das universidades e da sociedade em valorizar uma educação que vá além dos muros acadêmicos, capaz de gerar impacto social positivo, promover cidadania e fortalecer o desenvolvimento coletivo. Isto posto, a universidade se configura como agente de desenvolvimento social, cultural e econômico. Longe de ser mera atividade complementar, a extensão é espaço de construção coletiva, diálogo intercultural e exercício da responsabilidade social da universidade (Martins, 2008). Em suma, em tempos de travessia, marcados pela aceleração tecnológica e pelas incertezas sociopolíticas, a extensão deve ser compreendida como campo estratégico para resguardar a universidade de se tornar uma instituição autorreferenciada e desvinculada da vida social.

Referências

ANDRADE, R. M. M. Tertúlias Pedagógicas do Pampa, espaço de resistência e luta pelos sonhos possíveis na educação: O seminário integrado como espaço potencializador da pesquisa. In: **Tertúlias Pedagógicas: Curso de Formação de professores na perspectiva dialógica/ Martins Bica Pessano Marinho**, 2016. Bagé Fundação Universidade Federal do Pampa/ Polimpressos, SC, 2016.

BENINCÁ, D.; CAMPOS, F. S. Extensão Popular: uma proposta transformadora para a educação superior. **Dialogia**, São Paulo, n. 27, p. 145-156, set./dez. 2017.

CALIPO, D. **Projetos de extensão universitária crítica**: Uma ação educativa transformadora. Campinas, 2009. Disponível em: http://www.itcp.unicamp.br/drupal/files/Projetos%20de%20extensao%20universitaria_%20Daniel%20Bor%20tolotti.pdf. Acesso em: 25 out.2025.

FORPROEX. **Diretrizes para a Extensão Universitária**. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Plano Nacional de Extensão Universitária. Ilhéus: Editus, 2001.

FORPROEX. **Extensão Universitária**: Organização e Sistematização. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. (Coleção Extensão Universitária; v.6). Belo Horizonte: COOPMED, 2007.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

IMPERATORE, S. L. B; PEDDE, V; IMPERATORE, J. L. R. **Curricularizar a extensão ou extensionalizar o currículo?** Aportes teóricos e práticas de integração curricular da extensão ante a estratégia 12.7 do PNE. Colóquio Internacional de Gestão Universitária, Argentina, 2015.

JEZINE, E. M. Multiversidade e extensão universitária. In: **Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

JEZINE, E. **As Práticas Curriculares e a Extensão Universitária**. 2004. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos-pdf901/as-praticas-curriculares/as-praticas-curriculares.pdf>>. Acesso em 20 out. 2025.

MARTINS, E. **Extensão como componente curricular**: oportunidade de formação integral e de solidariedade. Goiânia, jul. 2008. Base de dados do Scielo. Disponível em: <http://cienciasecognicao.org> . Acesso em: 22 out. 2025.

MELO NETO, J. F. de. Extensão universitária: bases ontológicas. In: **Extensão Universitária**: diálogos populares. João Pessoa-PB: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2002.

MONTE, A. F. **Reflexões sobre extensão e universidade no contexto atual**. Monografia (Especialização em Docência do Ensino Superior). Universidade Estadual do Ceará - UECE, Fortaleza, 2005.

NOGUEIRA, M. **História da extensão universitária no Brasil**: Trajetórias e desafios. Viçosa, MG: Editora da Universidade Federal de Viçosa, 2005.

SANTOS, Boaventura Sousa. **A Universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez, 2004.

SARAIVA, J. L. Papel da Extensão Universitária na Formação de Estudantes e Professores. **Brasília Médica, Brasília**, v. 44, n. 3, p. 220-225, 2007.

SCHELLIN, F. O. **Extensão universitária e formação de professores de Educação Física**: contribuições e contradições. Dissertação de mestrado. Pelotas, Universidade Federal de Pelotas, 2013.

SERRANO, R. M. S. M. **Conceitos de extensão universitária**: um diálogo com Paulo Freire. BRASIL: INEP, 2007.

SILVA, V. **Ensino, pesquisa e extensão**: Uma análise das atividades desenvolvidas no GPAM e suas contribuições para a formação acadêmica. Vitória, nov. 2011. Base de dados do Scielo. Disponível em: http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_extensao_universitaria.pdf. Acesso em: 22 out. 2025.

SOUSA, A. L. L. **A História da Extensão Universitária**. Campinas, SP: Alínea, 2000.

TEIXEIRA, A. S. **Educação é um direito**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 4. ed. 2009.

THIOLLENT, M. A metodologia participativa e sua aplicação em projetos de extensão universitária. In: THIOLLENT, M.; ARAÚJO FILHO, T.; SOARES, R. L. S. (Org.). **Metodologia e experiências em projetos de extensão**. Niterói/RJ: EdUFF, 2000.